

Em junho, mensagens entre Moro e Dallagnol abalaram “lava jato”

Em junho, reportagens publicadas pelo *The Intercept Brasil* [feriram de morte](#) qualquer pretensa credibilidade da “lava jato”. O site revelou uma série de conversas entre os procuradores de Curitiba, liderados por Deltan Dallagnol, e o ex-juiz Sergio Moro.

Reprodução



O destaque do mês foi o vazamento de mensagens trocadas entre Moro e procuradores da “lava jato”
Reprodução

Nas mensagens, o hoje ministro da Justiça e Segurança Pública orientava o trabalho dos procuradores e cobrava eficiência por parte da força-tarefa da operação, chegando até mesmo a ordenar busca e apreensão na casa de suspeitos sem provocação do Ministério Público. Os diálogos também indicam que Moro direcionou a “lava jato” para atacar o ex-presidente Lula.

Na ocasião, a **ConJur** [conversou](#) com ministros do Supremo Tribunal Federal. Segundo eles, as mensagens mostraram que Moro deixou de ser juiz para orientar uma das partes do processo, o que o tornou suspeito para tomar decisões sobre os casos.

Em sua defesa, o ministro afirmou que não há nada de mais nos diálogos e que as conversas entre juízes e membros do Ministério Público fazem parte da tradição jurídica brasileira.

Os procuradores adotaram um argumento semelhante. Em nota, a força-tarefa da ‘lava jato’ argumentou que os diálogos podem ter sido fabricados por um hacker com o objetivo de “atacar a operação”.

Veja as principais notícias do mês na coluna Resumo da Semana:

1/6 [Lançamento do Anuário da Justiça Brasil no Supremo foi destaque](#)

8/6 [Decisão do Supremo sobre aval do Congresso para privatizações foi destaque](#)

15/6 [Mensagens entre Sergio Moro e Deltan Dallagnol foi destaque](#)

29/6 [Suspensa no Supremo, ordem de desobediência do CNJ foi destaque](#)

Corrida à PGR

A **ConJur** também [publicou entrevistas](#) com candidatos à PGR. Há 18 anos a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) entrega uma lista com três nomes escolhidos pela classe para o presidente da República.

Apenas a primeira lista tríplice, enviada a Fernando Henrique Cardoso em 2001, havia sido descartada. A tradição foi novamente quebrada em 2019: nenhum dos candidatos apontados pela ANPR acabariam sucedendo a então procuradora-geral da República, Raquel Dodge. [Augusto Aras](#), que não estava presente na relação, foi [indicado](#) por Bolsonaro em setembro.

Criminalização da homofobia

Carlos Humberto/SCO/STF

Carlos Humberto/SCO/STF



Ministro Celso de Mello foi relator do caso que criminalizou homofobia e transfobia

Até que o Congresso Nacional aprove uma lei criminalizando a homofobia e transfobia, as condutas preconceituosas relacionadas à orientação sexual serão enquadradas na lei de racismo. Por oito votos a três, [esse foi o entendimento](#) da maioria do Supremo Tribunal Federal. O relator do caso foi o ministro Celso de Mello.

De acordo com a corte, a medida não afeta o exercício da liberdade religiosa, ou seja, fiéis podem pregar e divulgar livremente suas crenças, desde que tais manifestações não configurem discurso de ódio e não incitem violência contra a comunidade LGBT.

Privatizações

Também foi em junho que a Suprema Corte [decidiu](#) que empresas públicas e sociedades de economia mista não podem ser privatizadas sem o aval do Congresso. A maior parte do Plenário do STF seguiu o voto do relator, ministro Ricardo Lewandowski.

Ele defendeu que “crescentes desestatizações” podem apresentar prejuízos ao país. Por isso, é necessário que o Congresso, onde estão os representantes do povo, se manifeste sobre as privatizações. A decisão foi tomada por seis votos a cinco.

Entrevista do mês

[Em entrevista](#) à **ConJur**, Juarez Tavares, ex-procurador da República e titular de Direito Penal da Uerj,

analisou o “punitivista por excelência” do Judiciário brasileiro, que, segundo ele, desrespeita direitos
lícitas.



“Não vejo como possível sacrificar um direito fundamental

para fins utilitaristas. Se o combate à corrupção destrói direitos fundamentais, não combatemos a
corrupção, destruimos a democracia”, afirma.

Na opinião de Tavares, o Executivo se acostumou a empurrar para o Judiciário os efeitos de sua
“incompetência administrativa” com o argumento de que punições severas ajudarão a resolver o
problema. E os tribunais aprenderam a se deixar convencer por esse tipo de “argumento falacioso”, diz.

Leia outras entrevistas:

* **Rubens Casara**, juiz da 43ª Vara Criminal do Rio de Janeiro: [Colonização do Direito pela Economia transformou garantias em mercadoria](#)

* **Kazuo Watanabe**, advogado e desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo: ["Reforma do CPC perdeu oportunidade de melhorar sistema das ações coletivas"](#)

* **André Gustavo Corrêa de Andrade**, desembargador e diretor-geral da Escola de Magistratura do Rio de Janeiro: ["Juiz preocupado apenas com leis e jurisprudência não tem formação completa"](#)

* **Gustavo Albuquerque**, procurador-geral da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac): ["Agências reguladoras não têm que se preocupar com pautas de governo"](#)

Confira matérias sobre vazamentos de conversa envolvendo Moro e procuradores:

["Tentativa criminosa de invalidar investigações", diz Moro sobre mensagens CNMP arquiva representação contra procuradores da "lava jato" por mensagens](#)
[Novos vazamentos do Intercept mostram como nasciam investigações da "lava jato"](#)
[Áudios de Lula ficaram fora dos autos para inibir vazamentos, diz juiz](#)

Date Created



28/12/2019